

DIÁRIO OFICIAL DE SANTA CATARINA
EXTRATO DIGITAL DE PUBLICAÇÃO

Extrato de Publicação, referente a matéria
matéria nº: 98805 de 03/04/2013
Edição Eletrônica nº 19546



Código de Verificação

Assinado de forma digital por FUNDO DE
MATERIAIS, PUBLICAÇÕES E IMPRESSOS
OFICIAIS - 14284443000197

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
 Acionistas e Administradores da
Itapoá Terminais Portuários S.A.
 Itapoá - SC

Examinamos as demonstrações financeiras da Itapoá Terminais Portuários S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelas normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Itapoá Terminais Portuários S.A. em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB* e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Ênfase de continuidade

O incremento das operações da Companhia, bem como sua continuidade operacional, de acordo com o descrito na nota explicativa nº 1, dependem da manutenção do apoio financeiro proveniente de seus acionistas ou da obtenção de financiamento adicional com recursos de terceiros, até que o nível de movimentação portuária atinja um volume suficiente para cobrir todas as necessidades de caixa. As presentes demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade, conforme práticas contábeis descritas na nota explicativa no 2, e não incluem quaisquer ajustes, relativos à realização e classificação de ativos ou quanto aos valores e classificação de passivos, que seriam necessários no caso de descontinuidade das operações.

Curitiba, 31 de janeiro de 2013.

ERNST & YOUNG TERCO
Auditores Independentes S.S.
CRC-2-SP 015.199/O-6 F-PR

Luis Carlos de Souza
 Contador CRC-1SC 021.585/O-4-S-PR

Roque Hüise
 Contador CRC-1SC 021283/O-3-T-PR

Balancos Patrimoniais – 31 de dezembro de 2012 e 2012
 (Em milhares de reais – R\$)

| | Notas | 2012 | 2011 |
|-------------------------------|-------|----------------|----------------|
| Ativo | | | |
| <i>Ativo circulante</i> | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 27.104 | 14.978 |
| Aplicações financeiras | 5 | 6.825 | - |
| Contas a receber | 6 | 4.615 | 2.124 |
| Impostos a compensar | | 26 | 231 |
| Estoques | | 2.031 | 1.082 |
| Adiantamentos | | 464 | - |
| Outras contas a receber | | 4 | 356 |
| | | 41.069 | 18.771 |
| <i>Ativo não circulante</i> | | | |
| Impostos a compensar | | 381 | 773 |
| Impostos diferidos ativos | 7.2 | 75.144 | 42.614 |
| Depósitos vinculados | 10 | - | 10.416 |
| Outros ativos | | 7 | 7 |
| Imobilizado | 8 | 489.707 | 492.750 |
| Intangível | | 2.523 | 2.968 |
| | | 567.762 | 549.528 |
| Total do ativo | | 608.831 | 568.299 |

| | Notas | 2012 | 2011 |
|---|-------|----------------|----------------|
| Passivo e patrimônio líquido | | | |
| <i>Circulante</i> | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 10 | 82.119 | 88.221 |
| Fornecedores | 9 | 5.325 | 7.840 |
| Obrigações fiscais | | 760 | 609 |
| Obrigações trabalhistas e sociais | | 3.680 | 2.621 |
| Contas a pagar de imobilizado | | 5.667 | - |
| Outras exigibilidades | | 559 | 537 |
| | | 98.110 | 99.828 |
| <i>Não circulante</i> | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 10 | 385.117 | 387.713 |
| Contas a pagar de imobilizado | | 8.333 | - |
| Partes relacionadas | | - | 447 |
| Provisões para litígios | 13 | 307 | 307 |
| | | 393.757 | 388.467 |
| <i>Patrimônio líquido</i> | | | |
| Capital social | 11 | 222.554 | 131.920 |
| Prejuízos acumulados | | (147.523) | (84.216) |
| Total do patrimônio líquido | | 75.031 | 47.704 |
| Adiantamentos para futuro aumento de capital | 11 | 41.933 | 32.300 |
| Total do patrimônio líquido e adiantamentos para aumento de capital | | 116.964 | 80.004 |
| Total do passivo e do patrimônio líquido | | 608.831 | 568.299 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
(Em milhares de reais – R\$, exceto prejuízo por ação)

| | Notas | 2012 | 2011 |
|---|-------|-----------------|-----------------|
| Receita operacional líquida | 14.1 | 72.628 | 20.838 |
| Custo dos serviços prestados | | (41.834) | (8.805) |
| Lucro bruto | | 30.794 | 12.033 |
| Receitas (despesas) administrativas | | | |
| Despesas comerciais | | (3.692) | (1.687) |
| Gerais e administrativas | | (27.984) | (25.454) |
| Custo da ociosidade | | (13.175) | (14.593) |
| Outras despesas operacionais | | - | 69 |
| Prejuízo antes das receitas e despesas financeiras | | (14.057) | (29.632) |
| Despesas financeiras | 14.3 | (83.801) | (37.862) |
| Receitas financeiras | 14.3 | 2.021 | 326 |
| Prejuízo antes dos impostos | | (95.837) | (67.168) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 7.1 | 32.530 | 22.326 |
| Prejuízo do exercício | | (63.307) | (44.842) |
| Prejuízo (básico e diluído) por ação – em R\$ | | (0,46) | (0,34) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Resultado Abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
 (Em milhares de reais – R\$)

| | Notas | 2012 | 2011 |
|---|-------|-----------------|-----------------|
| Prejuízo do exercício | | (63.307) | (44.842) |
| Outros resultados abrangentes | | - | - |
| Total de resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos | | (63.307) | (44.842) |
| Atribuível aos: | | | |
| Acionistas controladores | | (63.307) | (44.842) |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
 (Em milhares de reais – R\$)

| | Nota | Capital social subscrito | Prejuízos acumulados | Total do patrimônio líquido | Adiantamento para aumento de capital | Total do patrimônio líquido e adiantamentos |
|--|------|-----------------------------|-------------------------|-----------------------------------|--|--|
| Em 31 de dezembro de 2010 | | 131.920 | (39.374) | 92.546 | - | 92.546 |
| Adiantamentos para futuro aumento de capital | | - | - | - | 32.300 | 32.300 |
| Prejuízo do exercício | | - | (44.842) | (44.842) | - | (44.842) |
| Em 31 de dezembro de 2011 | | 131.920 | (84.216) | 47.704 | 32.300 | 80.004 |
| Adiantamentos para futuro aumento de capital | 11 | - | - | - | 100.267 | 100.267 |
| Aumento de Capital | 11 | 90.634 | - | 90.634 | (90.634) | - |
| Prejuízo do exercício | | - | (63.307) | (63.307) | - | (63.307) |
| Em 31 de dezembro de 2012 | | 222.554 | (147.523) | 75.031 | 41.933 | 116.964 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011
 (Em milhares de reais – R\$)

| | 2012 | 2011 |
|---|-----------------|-----------------|
| Atividades operacionais | | |
| Prejuízo do exercício antes dos impostos | (95.837) | (67.168) |
| Depreciação | 25.969 | 9.196 |
| Amortização | 674 | 49 |
| Baixas de imobilizado | 3 | - |
| Despesas de juros e atualização | 81.962 | 37.362 |
| Aumento de contas a receber | (2.491) | (2.124) |
| Redução dos impostos a recuperar | 597 | 1.966 |
| Aumento de outros ativos | (1.061) | (1.082) |
| Redução de fornecedores | (2.515) | (303) |
| Aumento (redução) de obrigações trabalhistas e tributárias | 1.210 | (6.320) |
| Aumento de outros passivos | 22 | 3.175 |
| Fluxo de caixa líquido originado das atividades operacionais | 8.533 | (25.249) |
| Atividades de investimento | | |
| Adições ao imobilizado | (8.929) | (33.521) |
| Adições ao intangível | (229) | (868) |
| Adições (resgates) em aplicações financeiras | 3.591 | (10.416) |
| Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades de investimento | (5.567) | (44.805) |
| Atividades de financiamento | | |
| Aportes de capital e adiantamentos para aumento de capital | 99.800 | 32.300 |
| Pagamento de financiamento | (90.640) | - |
| Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos | 9.160 | 32.300 |
| Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa | 12.126 | (37.754) |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 14.978 | 52.732 |
| Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício | 27.104 | 14.978 |
| Aumento (redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa | 12.126 | (37.754) |

Transações de caixa:

Capitalização de juros no imobilizado e intangível

14.000

42.894

Compra de imobilizado a prazo

4.756

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2012
(Valores expressos em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações sobre a Companhia

A Itapoá Terminais Portuários S.A, tem sede no município de Itapoá-SC e foi constituída em 16 de julho de 1996, com prazo de duração indeterminado.

A Companhia tem como objeto social a construção, reforma, ampliação, melhoria, exploração, arrendamento mercantil e administração de instalações e terminais portuários, nos termos da Lei nº 8.630, de 25 de fevereiro de 1993; a atuação como operador portuário, exercendo as atribuições previstas no Capítulo III da mesma lei e quaisquer outros portos ou correspondentes a todas as atividades acima citadas, inclusive a atividade estivadora; o agenciamento de navios, o agenciamento de fretes marítimos e de seguros; o engajamento de cargas e demais serviços correlatos às atividades de agência marítima e navegação, podendo, ainda, participar em outras empresas ou empreendimentos, como acionista ou quotista.

A finalização das obras e início das operações do porto ocorreu em junho de 2011, com investimentos no montante aproximado de R\$ 500.000, totalmente custeado por aportes de capital e por meio de captação de financiamento.

Todas as licenças e autorizações dos órgãos governamentais necessários para a implantação do porto estão válidas, dentro de seus prazos legais.

A Companhia, não tem obrigação de pagamento de remuneração à União, ou quaisquer outros ônus, em função da exploração do Terminal.

Em função das atividades da Companhia terem se iniciado apenas em junho de 2011, a Companhia recebe, quando necessário, apoio financeiro de seus acionistas, para incrementar e manter suas atividades operacionais, para realizar investimentos em expansão, e principalmente, para liquidar as parcelas do financiamento, até que o nível de movimentação portuária atinja um volume suficiente para cobrir todas as necessidades de caixa, o que a Administração espera que ocorra no decorrer de 2013.

2. Políticas contábeis

A preparação para conclusão da preparação desta demonstração financeira ocorreu na reunião de diretoria realizada em 15 de janeiro de 2013.

A elaboração de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota 3.

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo IASB.

2.1 Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional (o Real) usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.2 Reconhecimento de Receita

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos serão gerados para a Companhia e quando possa ser mensurada de forma confiável. A receita é mensurada com base no valor justo da contraprestação recebida, excluindo descontos, abatimentos e impostos ou encargos sobre vendas. A Companhia avalia as transações de receita de acordo com os critérios específicos para determinar se está atuando como agente ou principal e, ao final, concluiu que está atuando como principal em todos os seus contratos de receita. Os critérios específicos, a seguir, devem também ser satisfeitos antes de haver reconhecimento de receita:

Prestação de serviços: A receita de serviços é reconhecida à medida que movimentação dos contêineres é efetuada ou à medida que o tempo de armazenagem transcorre. Quando há incerteza com relação à mensuração dos serviços ou à materialização dos benefícios futuros, a receita é reconhecida apenas na extensão em que as despesas incorridas puderem ser recuperadas.

Receita de juros: Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, a receita financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos futuros estimados de caixa ao longo da vida estimada do instrumento financeiro ou em um período de tempo mais curto, quando aplicável, ao valor contábil líquido do ativo ou passivo financeiro. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

2.3 Custo dos serviços prestados

O custo dos serviços prestados é registrado no resultado quando incorrido. Durante a fase inicial de operação, a parcela de custos fixos relativa à capacidade ociosa está sendo reclassificada para outras despesas operacionais.

2.4 Impostos

Imposto de renda e contribuição social – correntes: Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor ou substancialmente em vigor na data do balanço no Brasil, onde a Companhia opera e gera receita tributável.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.

Impostos diferidos: Impostos diferidos são gerados por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizadas, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível no futuro para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e perdas e créditos tributários não utilizados possam ser utilizados. Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido.

Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Impostos sobre vendas: Receitas, despesas e ativos são reconhecidos líquidos dos impostos sobre venda, exceto:

- Quando os impostos sobre vendas incorridos na compra de bens ou serviços não forem recuperáveis junto às autoridades fiscais, hipótese em que os impostos sobre vendas são reconhecidos como parte do custo de aquisição do ativo ou do item de despesa, conforme o caso; e

- Quando os valores a receber e a pagar forem apresentados junto com o valor dos impostos sobre vendas.

O valor líquido dos impostos sobre vendas, recuperável ou a pagar, é incluído como componente dos valores a receber ou a pagar no balanço patrimonial.

As receitas de vendas das operações realizadas no Brasil estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

| Imposto/Contribuição | Alíquota (%) |
|----------------------|--------------|
| PIS | 1,65 |
| COFINS | 7,60 |
| ISSQN | 3,00 |

Nas demonstrações de resultado as receitas são demonstradas pelos valores líquidos dos correspondentes impostos.

2.5 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte de suas disposições contratuais. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados

de acordo com as regras estabelecidas para cada tipo de classificação de ativos e passivos financeiros, que são: (i) Ativo e passivo financeiro mensurado ao valor justo por meio de resultado; (ii) Mantido até o vencimento; (iii) Empréstimos e recebíveis; e (iv) Disponível para venda.

2.5.1 Ativos financeiros: Os ativos financeiros da Companhia incluem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e outras contas a receber. Exceto quanto ao caixa e equivalentes e às aplicações financeiras, que são avaliados a valor justo através do resultado, os demais ativos financeiros estão classificados na categoria de empréstimos e recebíveis, representando ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, porém não cotados em mercado ativo. Após reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros, menos perda por redução ao valor recuperável. Os juros, atualização monetária, variação cambial, menos perdas do valor recuperável, quando aplicável, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

2.5.2 Passivos financeiros: Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, tributos, impostos e contribuições a pagar, empréstimos e financiamentos e outras contas a pagar.

São classificados como “empréstimos e financiamento”, pois incluem passivos financeiros não derivativos e que não são usualmente negociados antes do seu vencimento. Após o reconhecimento inicial são mensurados pelo custo amortizado, através do método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas com juros, atualização monetária e variação cambial, são reconhecidos no resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetiva.

2.5.3 Classificação entre curto e longo prazo: Instrumentos financeiros são classificados como curto ou longo prazo com base na análise do fluxo de caixa contratado. É segregada como longo prazo a parcela do instrumento financeiro cujo fluxo de caixa excede o período de 12 meses da data do balanço.

2.6 Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo valor presente. O ajuste presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa da administração, a Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários circulantes é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

2.7 Imobilizado

O ativo imobilizado é registrado pelo valor de custo, o qual é formado pelo custo de aquisição, formação ou construção, adicionado dos juros e demais encargos financeiros incorridos durante a construção ou desenvolvimento de projetos, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso.

A depreciação é calculada pelo método linear, usando as seguintes vidas úteis: edificações: de 15 a 30 anos, máquinas e equipamentos: 10 anos e outros: de 5 a 10 anos. O valor residual e vida útil dos ativos são revistos no encerramento de cada exercício, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Os gastos incorridos com manutenção e reparo são contabilizados somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores mensurados de forma confiável, enquanto que os demais gastos são registrados diretamente no resultado quando incorridos.

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

2.8 Custos dos empréstimos

Custos dos empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso ou venda são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos de empréstimos são registrados em despesa do período em que são incorridos. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

2.9 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de formação ou aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados de acordo com sua vida útil econômica estimada e, quando são identificadas indicações de perda de seu valor recuperável, submetidos a teste para análise de perda no seu valor recuperável. Os intangíveis atualmente detidos pela Companhia são amortizados em 5 anos, pelo método linear. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo ao final de cada exercício social.

2.10 Estoques

Compostos por combustível, peças e materiais para manutenção, avaliados ao custo médio de aquisição.

2.11 Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

2.12 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos em caixa, conta movimento e aplicações financeiras de liquidez imediata e com risco insignificante de mudança de seu valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. As aplicações financeiras incluídas nos equivalentes de caixa estão registradas por valores equivalentes ao valor justo na data do encerramento do exercício.

2.13 Provisão para litígios

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente em consequência de um evento passado, é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável do valor da obrigação possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em consideração alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.14 Demonstração dos fluxos de caixa

Preparada pelo método indireto, de acordo com as normas e procedimentos do CPC 03.

2.15 Mudanças contábeis prospectivas, novos pronunciamentos e interpretações ainda não adotadas

Abaixo destacamos as normas já emitidas e que entraram em vigor neste exercício, as quais não causaram impacto às demonstrações financeiras da companhia:

- IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras – Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes.
- IAS 12 Imposto de Renda – Recuperação dos Ativos Subjacentes. Esta emenda esclareceu a determinação de imposto diferido sobre as propriedades de investimento mensurado pelo valor justo.
- A seguir destacamos as normas já emitidas e que não entraram em vigor na data da elaboração destas demonstrações financeiras. Na avaliação da administração tais normas não causarão impacto às demonstrações financeiras da Companhia:
 - IAS 19 Benefícios aos Empregados (Emenda) – Esta emenda entra em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013.
 - IAS 27 Demonstrações Financeiras Individuais (revisado em 2011) - Esta emenda entra em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013.
 - IAS 28 Contabilização de Investimentos em Associadas e Joint Ventures (revisado em 2011) - Esta emenda entra em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013.
 - IAS 32 Clarifica as compensação de ativos e passivos, sendo sua vigência a partir de 1º janeiro de 2014.
 - IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações - Aumento nas Divulgações Relacionadas a Baixas. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de julho de 2011, e, no Brasil, somente após a aprovação do CPC.
 - IFRS 9 Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração O IFRS 9 na forma como foi emitido reflete a primeira fase do trabalho do IASB na substituição do IAS 39 e refere-se à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros conforme estabelece o IAS 39. A norma entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.
 - IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas. Esta emenda entra em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013
 - IFRS 11 – Acordos Conjuntos - Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.
 - IFRS 12 – Esclarece e requer divulgações específicas relativas a investimentos em outras empresas.
 - IFRS 13 – Mensuração de Valor Justo- Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras individuais da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetem os valores a mensuração e reconhecimento de certos ativos, passivos, receitas e despesas na data base das demonstrações financeiras. A determinação dessas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros, e outros fatores objetivos e subjetivos. Itens sujeitos à estimativas significativas incluem:

- a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados;
- estimativas de realização do imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 2.4);
- a identificação e valorização da provisão para litígios (Nota 2.13);
- a determinação da vida útil dos ativos imobilizados (Nota 2.7);
- as estimativas de valor justo de instrumentos financeiros ativos e passivos.

As estimativas de valor justo de instrumentos financeiros registrados no balanço utilizam técnicas de valorização baseadas em cotações de mercado (Nível 1). Já a estimativa de valor justo do empréstimo, divulgada em nota explicativa, utiliza variáveis observáveis no mercado (Nível 2).

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos trimestralmente.

4. Caixa e equivalentes de caixa

| | 2012 | 2011 |
|-----------------------|---------------|---------------|
| Caixa | 38 | 22 |
| Banco conta movimento | 27.066 | 14.956 |
| | 27.104 | 14.978 |

5. Aplicações financeiras

| | 2012 | 2011 |
|-----------------|--------------|----------|
| Banco do Brasil | 978 | - |
| HSBC | 5.847 | - |
| | 6.825 | - |

Os investimentos possuem remuneração atrelada à taxa CDI.

6. Clientes

Em 31 de dezembro de 2012 a Companhia registra os valores a receber de clientes relativo as atividades de prestação de serviços portuários, de movimentação de cargas e armazenagem, conforme abertura abaixo:

| | 2012 | 2011 |
|--|--------------|--------------|
| Duplicatas a receber – mercado interno | 2.744 | 2.124 |
| Duplicatas a receber – mercado externo | 1.871 | - |
| | 4.615 | 2.124 |

A Companhia pratica prazo médio inferior a trinta dias, e não apresenta títulos vencidos há mais de 6 meses.

7. Impostos sobre a renda

7.1 Reconciliação da alíquota efetiva

| | 2012 | 2011 |
|---|---------------|---------------|
| Prejuízo antes dos impostos | (95.837) | (67.168) |
| Impostos à alíquota nominal de 34% | 32.585 | 22.837 |
| Crédito diferido de períodos anteriores registrado no exercício | - | (426) |
| Diferenças permanentes | (55) | (85) |
| Impostos diferidos registrados no resultado | 32.530 | 22.326 |

7.2 Impostos diferidos ativos

Os créditos fiscais diferidos de Imposto de Renda e Contribuição Social foram apurados em conformidade com o Pronunciamento Técnico CPC 32, que trata de tributos sobre o lucro, e tem por base prejuízos fiscais e base negativa, além de diferenças temporárias, compostos da seguinte forma:

| | 2012 | 2011 |
|--|---------------|---------------|
| Prejuízo fiscal e base negativa | 58.123 | 22.570 |
| Diferença temporária – Baixa de ativo diferido * | 17.021 | 20.044 |
| Total de imposto diferido ativo | 75.144 | 42.614 |

* Despesas pré-operacionais baixadas contabilmente por não atender ao conceito de ativo, da forma que preconizados pelas novas normas contábeis.

A Administração prevê que os impostos diferidos decorrentes das diferenças temporárias sobre a baixa do ativo diferido (despesas pré-operacionais) serão realizados na proporção da amortização fiscal permitida (4 anos). Os impostos diferidos sobre prejuízos fiscais foram registrados com base em plano de negócios preparado pela Administração que demonstra sua recuperação nos próximos dez anos.

8. Imobilizado

| | Terrenos | Edificações | Equipamentos de operação | Outros | Imobilizado em andamento | Total |
|----------------------------------|---------------|----------------|--------------------------|--------------|--------------------------|----------------|
| Em 31 de dezembro de 2010 | 11.386 | 1.635 | 85.954 | 5.366 | 316.278 | 420.619 |
| Adições | - | 783 | 4.003 | 4.097 | 72.288 | 81.171 |
| Transferências | - | 310.598 | 30.059 | 483 | (341.140) | - |
| Depreciação | - | (2.842) | (5.741) | (457) | - | (9.040) |
| Em 31 de dezembro de 2011 | 11.386 | 310.174 | 114.275 | 9.489 | 47.426 | 492.750 |
| Adições | 15.207 | 487 | 47 | 1.215 | 5.973 | 22.929 |
| Baixas | - | - | - | - | (3) | (3) |
| Transferências | 675 | 45.630 | 1.657 | (1.647) | (46.315) | - |
| Depreciação | - | (12.286) | (12.091) | (1.592) | - | (25.969) |
| Em 31 de dezembro de 2012 | 27.268 | 344.005 | 103.888 | 7.465 | 7.081 | 489.707 |

Desenvolvimento em andamento: Basicamente composto pela construção da estrada de acesso da rodovia federal até o porto, e assim como pelo desenvolvimento do estudo referente a fase dois do processo de expansão do porto.

Custos com empréstimos capitalizados: Os encargos financeiros foram capitalizados até junho de 2011, pelos valores efetivamente incorridos, líquidos das receitas financeiras geradas pela parcela dos recursos ainda não utilizada, por se tratar de um financiamento específico (destinado à construção do ativo). Os encargos capitalizados foram distribuídos de forma proporcional ao custo dos bens.

O valor dos custos de empréstimos capitalizados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 foi de R\$ 41.479. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 não houve capitalização de juros.

9. Fornecedores

| | <u>2012</u> | 2011 |
|---------------------------|---------------------|--------------|
| Fornecedores nacionais | 1.522 | 4.043 |
| Fornecedores estrangeiros | 3.803 | 3.797 |
| Total de fornecedores | <u>5.325</u> | <u>7.840</u> |

10. Empréstimos e financiamentos

| | <u>Encargos</u> | <u>Vencimento</u> | <u>2012</u> | 2011 |
|------------------------|----------------------------|-------------------|-----------------------|----------------|
| BVA S.A. | Nominal: 11% a.a. + IPCA | Mai/2019 | 484.844 | 496.476 |
| Custos com a captação | | | (17.608) | (20.542) |
| Total dos empréstimos | Efetiva: 12,6% a.a. + IPCA | | <u>467.236</u> | <u>475.934</u> |
| Passivo circulante | | | <u>82.119</u> | <u>88.221</u> |
| Passivo não circulante | | | <u>385.117</u> | <u>387.713</u> |

BVA S.A.: Em 03 de junho de 2009 foi assinada Cédula de Crédito Bancário (CCB) entre a Companhia (emitente) e o Banco BVA S.A. (credor) no valor total de R\$ 330 milhões, com pagamentos semestrais a partir de junho de 2012 e vencimento final para maio de 2019. Os compradores das CCBs foram os fundos de pensão PETROS – Fundação Petrobras de Seguridade Social e FUNCEF- Fundação dos Economiários Federais, em partes iguais.

Custos com a captação: Referem-se aos custos incorridos e atribuíveis às atividades necessárias para o processo de captação de recursos, através da Cédula de Crédito Bancário (CCB), sendo eles: gastos com a elaboração de prospectos e relatórios, remuneração de serviços profissionais de terceiros, impostos, taxas e comissões. Conforme previsto no CPC 08 - Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários, tais custos integram a taxa efetiva de juros.

Garantias e covenants: O contrato está garantido pelas ações da Companhia, seus ativos, tanto fixos quanto os recebíveis.

Esta cédula exige que a Companhia atenda determinados índices financeiros durante o período de sua vigência:

i) Índice de cobertura do serviço da dívida: maior ou igual a 1,5, a partir de dezembro de 2012;

ii) Índice da dívida líquida sobre capital social: igual ou inferior a 80:20 (70:30 a partir do sexto aniversário do contrato);

iii) Índice dívida líquida sobre EBITDA: no máximo igual a 3, a partir do sexto aniversário do contrato.

Adicionalmente, o contrato e seus aditivos preveem que a Companhia constitua um depósito vinculado, a título de fundo de reserva, em valor equivalente ao valor da maior parcela de amortização da CCB. Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia havia depositado R\$ 10.416. Em dezembro de 2012 o valor acumulado foi utilizado para o pagamento da segunda parcela da CCB, sendo que a recomposição deverá ocorrer até maio de 2013.

11. Patrimônio líquido

Capital social: O capital social monta R\$ 222.554 (R\$ 131.920 em 2011) representado por 137.937.337 ações ordinárias (131.920.000 em 2011), sem valor nominal, totalmente integralizadas.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 14 de novembro de 2012 o capital social foi aumentado em R\$90.634, mediante emissão de 6.017.337 ações, totalmente subscritas pelos acionistas conforme sua participação do capital social. O aumento de capital foi feito mediante a integralização de adiantamentos para futuro aumento de capital existente na data da assembleia.

O capital social está assim distribuído:

| | <u>2012</u> | 2011 |
|--|----------------|----------------|
| Capital Social | | |
| Portinvest Participações S.A. | 155.788 | 92.344 |
| Aliança Administração de Imóveis e Participações Ltda. | 66.766 | 39.576 |
| Capital Integralizado | <u>222.554</u> | <u>131.920</u> |

Adiantamentos para futuro aumento de capital: No exercício de 2012 os acionistas adiantaram R\$ 99.800, bem como aprovaram a transferência de R\$ 467 de mútuos para adiantamentos para futuro aumento de capital, perfazendo um aporte de R\$ 100.267, dos quais R\$ 90.634 foram integralizados ao capital social, e o saldo remanescente, R\$ 41.933, será capitalizado em futuro próximo.

12. Partes relacionadas

12.1 Identificação das partes relacionadas

As partes relacionadas à Companhia basicamente referem-se aos acionistas e seus controladores, conforme abaixo:

| Acionista da Itapoá | Controladores do Acionista | % de Participação |
|--|--------------------------------------|-------------------|
| Portinvest Participações S.A | Battistella Trading | 58,7% |
| | Battistella Adm. e Participação S.A. | 1,3% |
| | Logz Logística | 40% |
| Aliança Administração de Imóveis e Participações Ltda. | Aliança Navegação e Logística Ltda | 79,58% |
| | Hamburg Sud Brasil Ltda | 20,42% |

12.2 Saldos e transações

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 a Companhia prestou serviços para as seguintes partes relacionadas: R\$ 34.462 (R\$ 2.647 em 2011) para o grupo Hamburg Sud (dos quais R\$ 2.026 permanecem a receber – R\$ 197 em 2011) e R\$ 12 (R\$ 1 em 2011) para a Battistella (do qual R\$ 1 permanece a receber).

12.3 Remuneração do pessoal chave da Administração

Em 31 de dezembro de 2012 a administração da Companhia era composta por 7 conselheiros e 3 diretores. Os membros do Conselho de Administração e a Diretoria foram remunerados no montante de R\$ 1.825 por seus serviços durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (R\$ 2.048 em 2011). Foi aprovado um plano de participação nos resultados, que contempla todos os funcionários da Companhia incluindo os seus diretores. O principal indicador para determinar o pagamento da participação é a meta de EBITDA. A Companhia não concede benefícios de longo prazo a seus Administradores.

13. Provisões, compromissos e contingências

Provisões para litígios: A Companhia está envolvida em discussões administrativas e jurídicas de natureza cível. Para as causas em que é provável que desembolsos de caixa sejam requeridos para liquidar a obrigação, foi registrada provisão, cujo valor em 31 de dezembro de 2012 totaliza R\$ 307 (R\$ 307 para 31 de dezembro de 2011).

14. Outras informações sobre receitas e despesas

14.1 Receita

| | 2012 | 2011 |
|---------------------------|---------|---------|
| Receita bruta de serviços | 79.852 | 23.170 |
| (-) Impostos sobre vendas | (7.224) | (2.332) |
| Receita líquida | 72.628 | 20.838 |

14.2 Despesas por natureza

| | 2012 | 2011 |
|-------------------------------|--------|--------|
| Folha de pagamento | 33.799 | 20.394 |
| Depreciação | 25.815 | 9.245 |
| Serviços de terceiros | 11.157 | 6.081 |
| Material de uso e consumo | 2.752 | 1.259 |
| Manutenção | 1.882 | 2.574 |
| Despesas gerais | 2.092 | 2.692 |
| Honorários da administração | 1.825 | 2.048 |
| Despesas com infraestrutura | 196 | 770 |
| Despesas com seguro | 1.352 | 1.181 |
| Despesas com licenciamento | 7 | 559 |
| Impostos e taxas | 1.244 | 1.076 |
| Despesas com viagens | 601 | 711 |
| Despesas com energia elétrica | 3.963 | 1.880 |
| Total | 86.685 | 50.470 |

14.3 Resultado financeiro

| | 2012 | 2011 |
|-------------------------------------|-----------------|-----------------|
| Receitas financeiras: | | |
| Juros sobre aplicação financeira | 1.615 | - |
| Juros recebidos | 145 | 201 |
| Outros | 261 | 125 |
| | 2.021 | 326 |
| Despesas financeiras | | |
| Juros incorridos | (82.259) | (37.362) |
| Variação cambial | (1.092) | (211) |
| Outros | (450) | (289) |
| | (83.801) | (37.862) |
| Resultado financeiro líquido | (81.780) | (37.536) |

15. Instrumentos financeiros

As operações que envolvem instrumentos financeiros ativos e passivos, conforme abaixo, estão registradas contabilmente pelos valores compatíveis com os respectivos contratos celebrados entre as partes. Os principais instrumentos financeiros, na data do balanço, eram os seguintes:

Disponibilidades: São representadas por depósitos bancários livres para movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata e registradas por valor equivalente ao seu valor de mercado. Assim, a Administração considera o valor de mercado muito próximo do valor contábil.

Contas a receber: Decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia, estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente.

Considerando o prazo curto o valor contábil se aproxima do valor justo.

Contas a pagar: Os valores divulgados aproximam-se de seus valores de mercado, considerando o seu vencimento em curto prazo. Os valores a pagar ao mercado externo estão sujeitos aos efeitos das flutuações nas taxas de câmbio da moeda estrangeira.

Empréstimos: Conforme descrito na nota explicativa nº10, os passivos financeiros da Companhia estão apresentados pelos valores contratados adicionados dos correspondentes juros efetivos e variações monetárias incorridas até a data do balanço. O empréstimo foi contratado à taxa fixa e seu valor justo está exposto a flutuações da taxa de juros de mercado. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo contábil é de R\$ 467.236, enquanto a estimativa de valor justo era de R\$ 564.000. A estimativa de valor justo considera o fluxo de caixa futuro pelo contrato, descontado pela taxa DI x IPCA projetada na data do balanço pela BM&F Bovespa para o prazo médio de vencimento do empréstimo, acrescido de um "spread" de risco para a Companhia, estimado em 3,6%.

A Companhia não opera com derivativos.

16. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a empréstimos e fornecedores. O principal propósito desses passivos financeiros foi prover os recursos para a construção das instalações e para a operação da Companhia.

Risco de mercado: O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam três tipos de risco: risco de taxa de juros, risco cambial e risco de preço que pode ser de commodities, de ações, entre outros. Instrumentos financeiros relevantes da Companhia, em 31 de dezembro de 2012 afetados pelo risco de mercado são os empréstimos e contas a pagar e aplicações (afetados pelo risco da taxa de juros).

Risco de taxa de juros: Risco de taxas de juros é o risco de que o fluxo de caixa futuro de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado se restringe às aplicações financeiras sujeitas a taxas de juros variáveis, uma vez que os empréstimos possuem taxas fixas.

O quadro a seguir demonstra o grau de sensibilidade dos principais instrumentos da Companhia ao risco de taxa de juros, considerando como cenário provável as taxas praticadas em 31 de dezembro de 2012 e cenários de redução e aumento das taxas em 25% e 50% (efeitos para um exercício):

| | | Cenários: | | | | |
|------------------------------------|-------|-----------|----------|----------|----------|----------|
| Risco | | -50% | -25% | Atual | +25% | +50% |
| Aplicações | Juros | 241 | 361 | 481 | 601 | 722 |
| Contas a pagar | INPC | (421) | (631) | (841) | (1.052) | (1.262) |
| Empréstimos | Juros | (53.333) | (53.333) | (53.333) | (53.333) | (53.333) |
| Empréstimos | IPCA | (14.570) | (21.854) | (29.139) | (36.424) | (43.709) |
| Referência: BM&F DI Pre - 360 dias | | 3,53% | 5,29% | 7,05% | 8,81% | 10,58% |
| Referência: BM&F IPCA - 360 dias | | 3,00% | 4,51% | 6,01% | 7,51% | 9,01% |

Risco de crédito: O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Para minimizar o risco de crédito, os recursos excedentes são aplicados em instituições de primeira linha (Banco do Brasil, HSBC e Deutsche Bank).

Risco de concentração de clientes: O risco de crédito de clientes está sujeito à políticas e procedimentos de classificação de risco, a partir do qual a Companhia estabelece os limites de

crédito. Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia contava com 1 cliente que deve à Companhia mais de R\$ 2.000, sendo responsável por 43% do saldo a receber.

Risco de liquidez: A Companhia acompanha o risco de escassez de recursos e a flexibilidade de planejamento de liquidez recorrente.

Como comentado na nota 1, em função do estágio inicial de maturidade das atividades da Companhia, quando necessário, apoio financeiro dos acionistas é requerido, principalmente para o pagamento das parcelas do financiamento, até que o nível de movimentação portuária atinja um volume suficiente para cobrir todas as necessidades de caixa da Companhia.

O quadro abaixo resume o perfil de vencimento do passivo financeiro da Companhia em 31 de dezembro de 2012, com base nos pagamentos contratuais não descontados e com os juros projetados para pagamento:

| | Até 1 ano | 1 a 5 anos | > 5 anos | Total |
|---|---------------|----------------|----------------|----------------|
| Fornecedores | 5.325 | - | - | 5.325 |
| Obrigações fiscais, trabalhistas e outras | 4.999 | - | - | 4.999 |
| Contas a pagar de imobilizado | 5.667 | 8.333 | - | 14.000 |
| Empréstimos e financiamentos | 83.180 | 434.810 | 174.905 | 692.895 |
| | 99.171 | 443.143 | 174.905 | 717.219 |

17. Cobertura de seguros

A Companhia mantém cobertura de seguros para riscos operacionais e outros para resguardar seus ativos imobilizados. A cobertura da apólice vigente pode ser assim resumida:

| | USD (mil) |
|---|-----------|
| Bens imóveis (edifícios e instalações) e bens móveis (equipamentos) | 15.000 |
| Responsabilidade Civil | 2.000 |
| Valor total | 17.000 |

Não está incluído no escopo dos trabalhos de nossos auditores, revisar a suficiência da cobertura de seguros, que foi determinada e avaliada quanto à adequação pela Administração da Companhia.

Conselheiros

Ernesto Heinzelmann - Presidente
Luciano Ribas Battistella
Maurício Valente Battistella
Marcelo de Souza Muniz
José Antonio Cristovão Balau
Julian Roger Crispin Thomas
Thomas Daniel Brull - Independente

Diretores

Antonio José de Mattos Patrício Junior
André Domingos Romero Castro
Márcio Guiot Braga Martins Pereira

Contador

Claudinei Isidoro

Suplentes

Rafael Ramos Battistella
Hildo José Battistella
Odelir Battistella
Durval José Soledade Santos
Mathias Otto Dietrich
Martin Georg Susemihl

Cargo

Diretor Superintendente
Diretor da Companhia
Diretor da Companhia

CRC

1 SC 029845/O-1